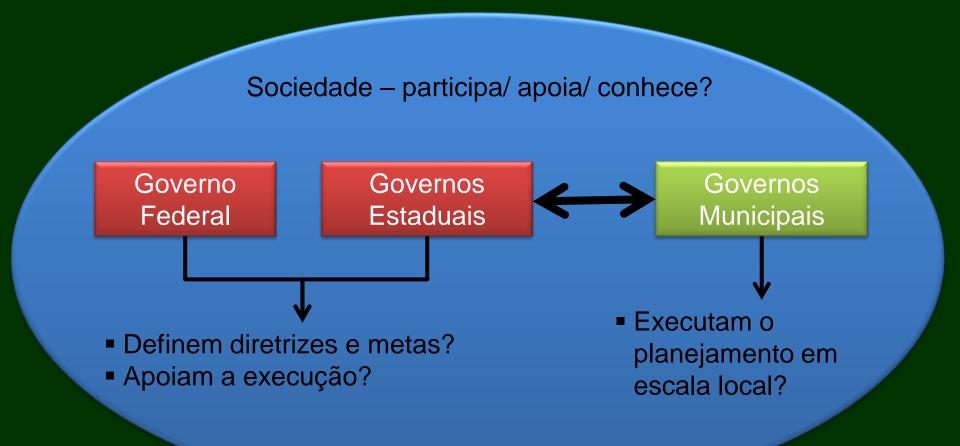






Conservar e recuperar a Biodiversidade e SbN são questões de planejamento territorial







O que é o PMMA?

- Instituído pela Lei 11.428, de dezembro de 2006
 - Lei da Mata Atlântica

Art. 38. Serão beneficiados com recursos do Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica os projetos que envolvam conservação de remanescentes de vegetação nativa, pesquisa científica ou áreas a serem restauradas, implementados em Municípios que possuam plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.







O que é o PMMA?

Decreto 6.660/2008 - CAPITULO XIV - DO PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Art. 43. O plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, de que trata o art. 38 da Lei n. 11.428, de 2006, deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

I - diagnóstico da vegetação nativa contendo mapeamento dos remanescentes em escala de 1:50.000 ou maior;

II - indicação dos principais vetores de desmatamento ou destruição da vegetação nativa;

III - indicação de áreas prioritárias para conservação e recuperação da vegetação nativa; e

IV - indicações de ações preventivas aos desmatamentos ou destruição da vegetação nativa e de conservação e utilização sustentável da Mata Atlântica no Município.



Parágrafo único. O plano municipal de que trata o caput poderá ser elaborado em parceria com instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil, devendo ser aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.





UC, RPPN, APP, RL, Mananciais, áreas verdes, arborização

a Mata Atlântica através de

- Biodiversidade
- Serviços Ecossistêmicos
- SbN

de Mata Atlântica

Diminuir pressões

PMMA

Áreas e ações prioritárias (áreas urbanas e rurais)

Objetivos específicos e metas factiveis

Conciliar com desenvolvimento econômico e social



Conciliar com a estrutura do município (recursos físicos. humanos, financeiros, parcerias)

www.pmma.etc.br

Conciliar com planos, programas, ações, leis existentes

PDM, Bacia, PM, uso do solo, Licenciamento, compensações, ICMS - Fundo Municipal

EA, participação social, conselhos, fortalecimento da gestão, agroecologia







Efetivação da Legislação e compromissos internacionais

- Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006)
- Código Florestal (Lei n° 12.651/2012)
- Os PMMA ao serem Planos Locais de Biodiversidade atendem às metas de AICHI/CDB, com diferencial de sua aprovação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente
- Acordo de Paris Dentre as medidas estabelecidas pela Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil estão a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- Década da restauração de Ecossistemas ONU



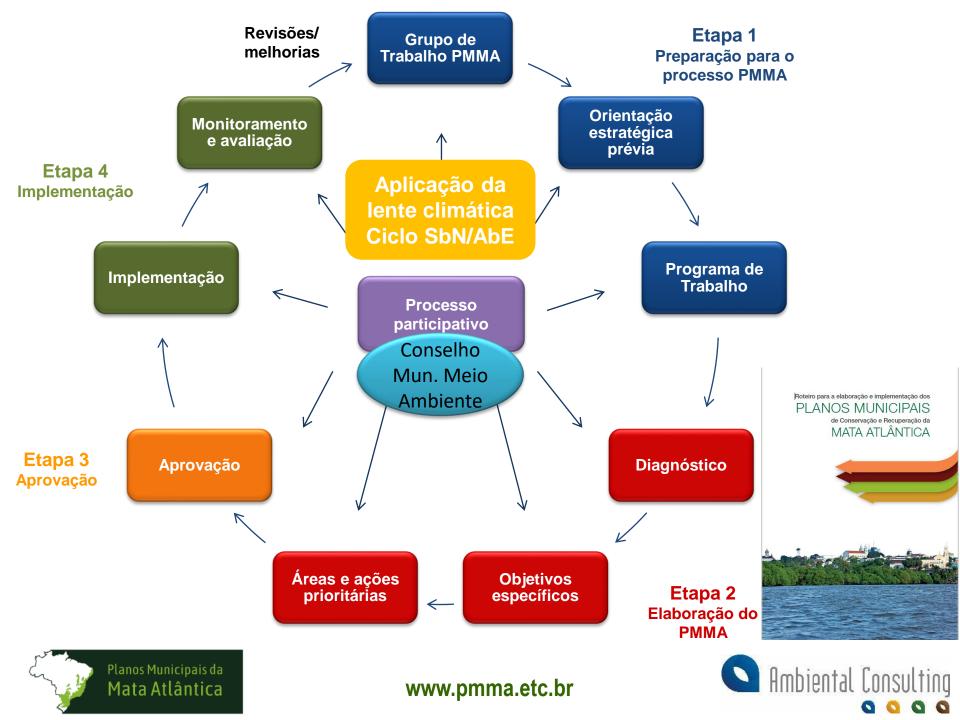




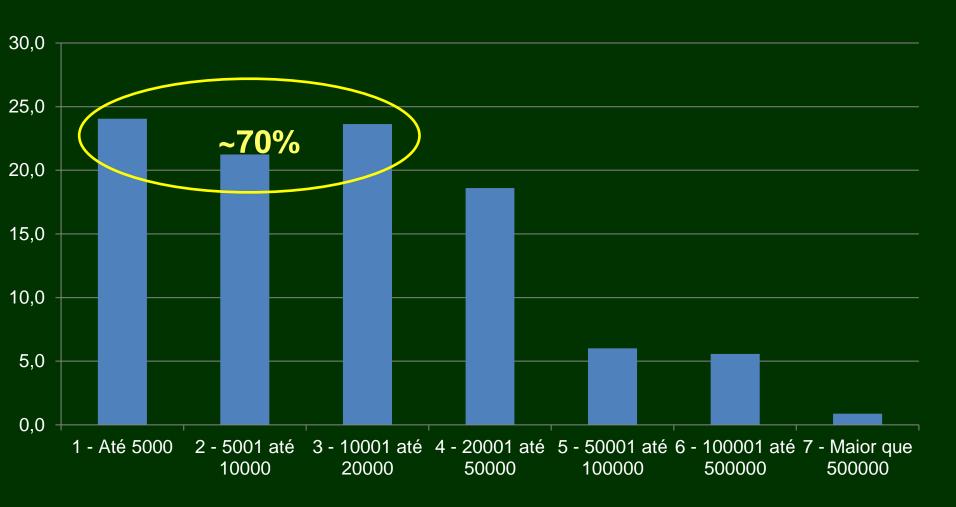








Municípios na Mata Atlântica



^{*}Estimativa de acordo com: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2012.





Desafios e Oportunidades

- Gestão Pública
- Participação da sociedade civil
- Descontinuidade políticas públicas

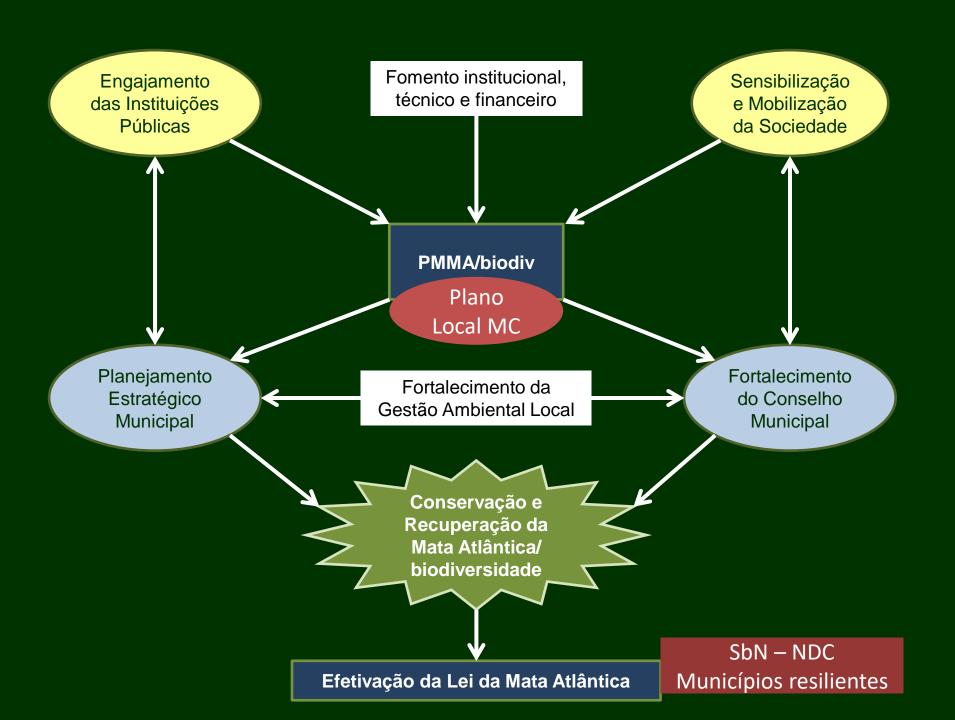


- Capacitação
- Fomento estadual,
 ONGs, privado,
 internacional
- Fortalecimento dos Fundos Municipais

PMMA é oportunidade para fortalecer a gestão e governança local e fundamental para conservação da MA.







Governança de políticas públicas



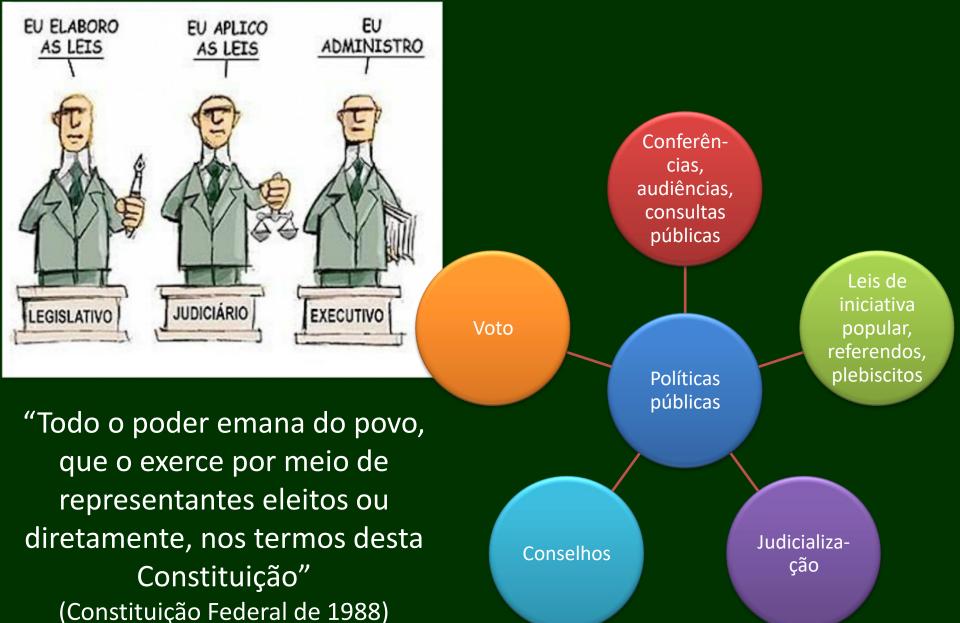












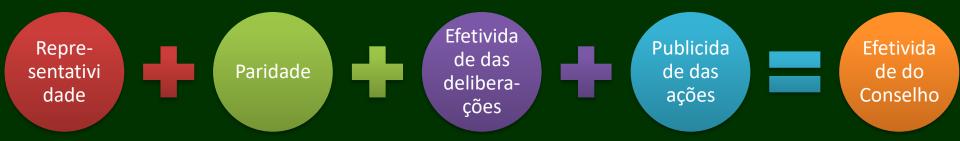




Governança de políticas públicas Conselhos Municipais de MA

- Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/81) e Constituição Federal (art. 225) participação da sociedade na gestão ambiental.
- > O papel fundamental de um conselho é o fortalecimento da participação social na formulação, implantação e monitoramento das políticas públicas.

Sistema Municipal de Meio Ambiente!





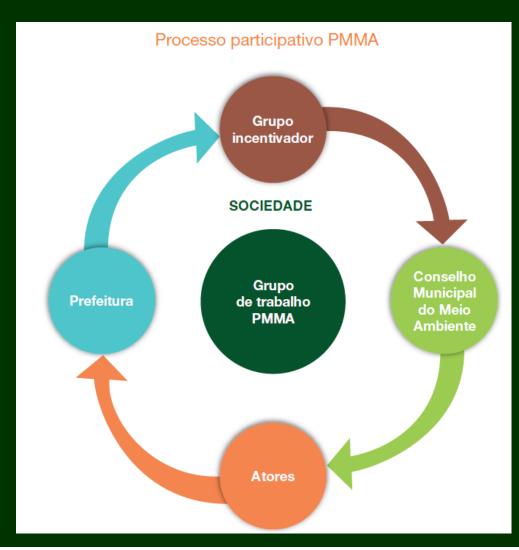




Legitimidade da política



O balanço equilibrado entre premissas técnicas e políticas, juntamente com o processo participativo, garante a legitimidade do PMMA. O processo de planejamento deve ser resultado de um pacto político entre atores sociais. No entanto, a elaboração do PMMA possui uma natureza eminentemente técnica, uma vez que requer a aplicação de métodos baseados em dados, fatos e alternativas viáveis. Assim, quanto melhor for o embasamento técnico do Plano, maior chance de sustentação política ele terá.







Exemplos de PMMAs



João Pessoa: divulgação do PMMA para a sociedade – permitiu fortalecimento da gestão ambiental.



Maringá: *Lei de Uso e Ocupação do Solo; IPTU Verde* – ganho da opinião pública e acordo com empreendedores.



Caxias do Sul: Fundo Municipal - Compensações ambientais direcionada ao PMMA; Sensibilização dos pequenos produtores.



Campinas: em conjunto com Plano de Áreas Verdes – proporcionar equidade de verde; Conselho forte e atuante.



Ilhabela: participação das comunidades caiçaras; sociedade civil atuante.



Itapoá: discussão e acordos setoriais – regularização e adequação da ocupação em restinga e manguezal.



Presidente Prudente: participação da Universidade (UNESP) no GT e no Conselho.

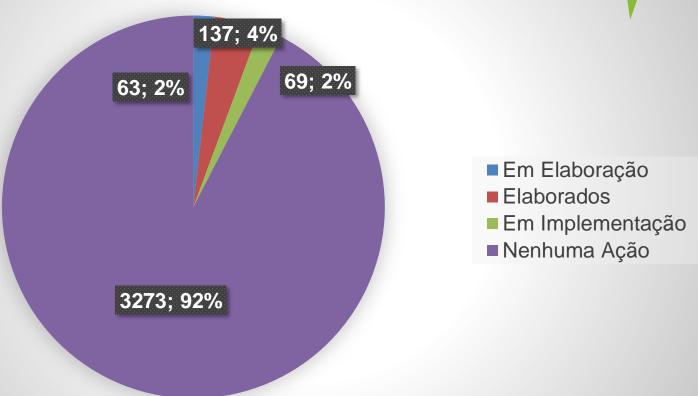




Observatório PMMA

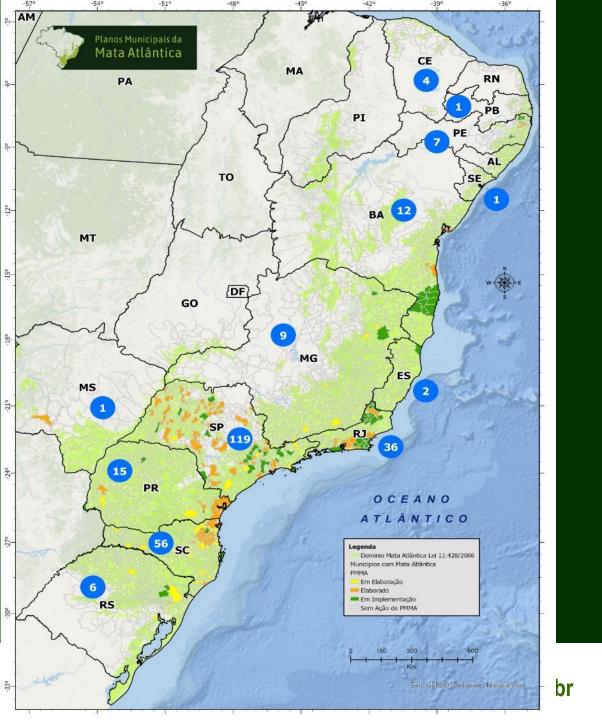
269 municípios 8% do total





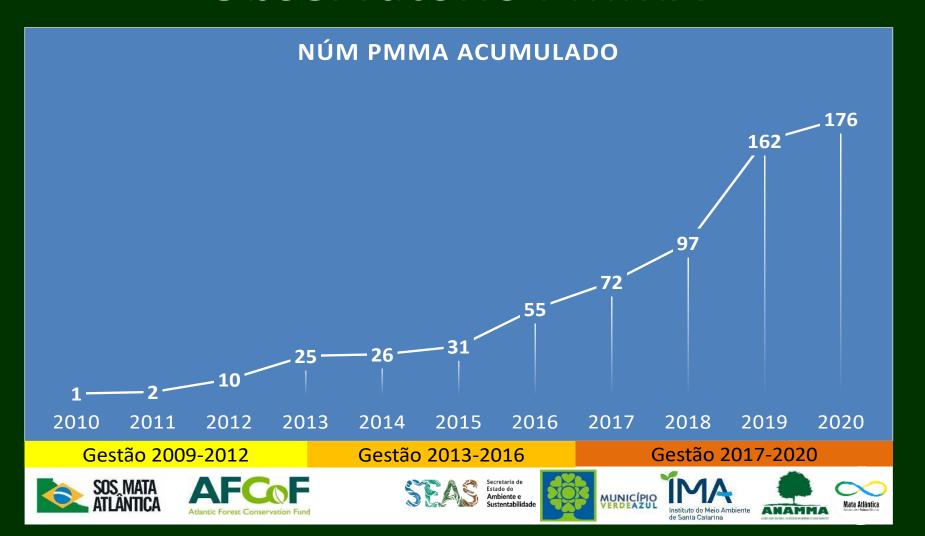








Observatório PMMA







www.pmma.etc.br

Obrigada sandra@ambiental.etc.br





































Por meio da





